PSD grupo parlamentar

Interpelação – estratégia a desenvolver pela RAA no âmbito das diversas vertentes da economia do mar"

Horta, 19 de Fevereiro de 2013

Encontramo-nos hoje a discutir, mais uma vez, o mar e a sua importância para o desenvolvimento dos Açores no âmbito desta interpelação sobre a estratégia a desenvolver pela Região no domínio da nova e emergente economia do mar.

É da maior relevância política que esta Assembleia e todos os agentes económicos ligados ao mar, nas suas mais diversas vertentes, conheçam e se identifiquem com essa estratégia.

Até porque foi assumido e prometido pelo Partido que ganhou as recentes eleições regionais que o mar constituiria uma prioridade e uma forte aposta da sua governação.

Se, por um lado, a fixação deste objetivo é uma opção correta e estratégica, ela, no entanto, acaba por ser, por outro lado, o reconhecimento que a governação anterior,

também da responsabilidade do PS, não apostou como devia no mar.

Mas mais vale tarde do que nunca!

O mar há muito que entrou no discurso político.
Mas infelizmente tarda a entrar na economia.
O mar tarda nos Açores a tornar-se um aliado da economia e a constituir-se como um ativo gerador de riqueza e de criação de emprego.

Desde logo, o mar não teve na orgânica do Governo a relevância que o discurso eleitoral parecia antever.

O Governo não colocou, como devia, o Mar como uma prioridade política de primeira grandeza.

Numa altura em que ao nível da União Europeia se dão passos para tornar o mar cada vez mais presente e visível na governação.

Numa altura em que a União Europeia definiu uma política marítima e que, inclusivamente, pela primeira vez, existirá uma componente orçamental para a financiar.

Numa altura como esta, tão decisiva, o Governo Regional caminha em sentido contrário e esconde o mar na sua orgânica.

Não basta reconhecer a importância do mar. É preciso definir uma política coerente que consubstancie essa aposta. É isso que se exige de um Governo de uma Região que tem a maior Zona Económica Exclusiva de Portugal. E é essa a primeira questão que nesta interpelação o Governo deve responder de forma clara.

A aposta no mar tem de estar alicerçada numa política marítima bem definida, bem estruturada e bem conhecida.

Uma componente importante dessa política é a defesa dos direitos e dos interesses dos Açores no plano nacional e europeu.

A Região pela sua localização geoestratégica, pela sua extensa Zona Económica Exclusiva, pela sua experiência e tradição marítimas, pelo seu conhecimento científico e também pelos direitos que estão consagrados na lei pode e, sobretudo, quer ter um papel relevante na gestão e na utilização sustentável dos mares que a rodeiam.

O envolvimento ativo dos Açores nesta tarefa resultará, estamos certos, em vantagens para o País e para a Europa.

Os Açorianos podem contar sempre com o PSD/Açores para fazer a defesa dos direitos e dos interesses dos Açores nesta matéria.

Neste contexto o PSD/Açores apresentará nesta Assembleia uma iniciativa legislativa com o objetivo de reafirmar, perante a República, os direitos da Região na gestão do seu espaço marítimo e dos seus recursos, incluindo os dos fundos marinhos.

Sobre esta matéria o PSD/Açores entende que não pode haver nenhuma dúvida e, por isso, achamos que é competência do Primeiro Órgão da nossa Autonomia reafirmar e defender os nossos direitos nesta matéria.

Pela nossa parte estaremos sempre ao lado dos Açores, cooperando com os órgãos de governo próprio em todas as ações que venham a ser tomadas para assegurar e defender os direitos e as competências da Região sobre os seus mares e respetivos recursos.

As políticas marítimas - europeia e nacional - têm reflexos e implicações na nossa ação. Mas não devem nem podem

servir para desculpar a inação e as omissões da governação dos Açores agora como no passado.

Tais reflexos e implicações não nos devem inibir de definir a nossa própria política marítima.

Não podemos navegar à vista, sem orientação nem destino, sob pena de naufragarmos.

A nossa política marítima deve identificar e estabelecer uma estratégia para desenvolver os diversos componentes do Hypercluster da Economia do Mar, que no caso do mar dos Açores e numa perspetiva holística inclui, entre outros domínios: ambiente, biodiversidade, transportes, energia, turismo, náutica de recreio, ordenamento do território, pescas, aquacultura, conservação e transformação do pescado, biotecnologias, tecnologias marinhas, construção e reparação naval, defesa e segurança no mar, infraestruturas portuárias e serviços marítimos, ensino e formação.
Compatibilizar e potenciar todas estas vertentes é uma tarefa que tem tanto de dificuldades quanto de desafios.

Esta aposta no mar deve ser alicerçada no conhecimento científico. No conhecimento científico que temos e que deve ser colocado ao serviço da economia. Mas também no

conhecimento científico que é preciso continuar a desenvolver para que continuemos a ter neste domínio uma investigação científica de qualidade e reconhecida a nível internacional.

Esta é uma mais-valia de que não podemos abdicar e que inclusivamente vem dando frutos, como aconteceu ainda recentemente na aprovação do Regulamento Base do Política Comum de Pescas.

Com uma abordagem ambiental sólida e cientificamente fundamentada, conseguimos que passe a ser considerada na Política Comum das Pescas, até 2020, medidas específicas destinadas a minimizar o impacto das atividades de pesca na biodiversidade marinha e nos ecossistemas marinhos, nomeadamente os que estão identificados como sendo zonas biogeograficamente sensíveis, como os montes submarinos em torno das regiões ultraperiféricas. Estes recursos passam a ser explorados unicamente pela frota local através de artes de captura seletivas e respeitadoras do meio marinho. Ou seja, conseguimos a proteção destas zonas com uma restrição de acesso a estas águas a frotas não regionais e que vão para além das 100 milhas.

Esta é uma vitória de um caminho estrategicamente encetado em 2007. Nesse ano o conceito de "zona biogeograficamente sensível" foi definido e proposto pelo PSD numa reunião do PPE, em Ponta Delgada. Este

conceito fez o seu percurso e começa agora, passados 6 anos, a dar os seus frutos para a Região.

Finalizo referindo mais três pilares importantes para que nesta aposta no mar seja bem sucedida, nomeadamente o investimento privado, a formação e a educação.

Esta aposta na economia do mar não será bem sucedida sem empresas e sem investimento privado. Neste contexto, há muito que defendemos a criação de um parque tecnológico ligado às atividades relacionadas com o mar que poderia constituir um instrumento eficaz para atrair investimento, apoiar novas empresas e assegurar uma articulação funcional entre a Universidade e as empresas.

A formação e a qualificação de recursos humanos para as atuais e para as novas profissões do mar é outro desafio. Os Açores podem, neste domínio, transformar-se numa referência internacional. Esta perspetiva poderá abrir um conjunto de oportunidades de emprego, sobretudo, para os nossos jovens, cuja taxa de desemprego atinge números verdadeiramente dramáticos.

Finalmente, não podemos esquecer nem menosprezar a necessária reeducação e sensibilização de toda a população para que acredite nas potencialidades do mar.

Vivemos muitas décadas de costas voltadas para o mar. Torna-se, por isso, necessário fazer um investimento educativo especialmente junto dos nossos jovens nas nossas escolas e, em primeiro lugar, junto dos que têm de fazer opções formativas que vão condicionar o seu futuro.

Esta aposta só terá futuro se os nossos jovens acreditarem e participarem nela.

Defendemos pois uma aposta económica no mar mas uma aposta estruturada e organizada. A estruturação desta aposta é decisiva para o seu sucesso.

O Governo Regional tem aqui uma oportunidade com esta interpelação para revelar o caminho que pretende percorrer para operacionalizar esta aposta. Tem uma oportunidade para revelar como pretende passar dos discursos proclamatórios à ação. Esta é o desafio deste debate. Os agentes económicos precisam de linhas orientadoras claras.

Luís Garcia